

C

BELÉM DO PARÁ
O povo na marcha
do Círio de Nazaré

PORTUGAL
Luta de resistência
explode nas ruas

TORTURA
Novo processo
contra Ustra

Caros amigos

ano XIV
nº 184/2010
R\$ 9,90

Entrevista

Nalu Faria
A luta das mulheres
e a real questão do
ABORTO

EDUCAÇÃO
Avanços e retrocessos
no governo LULA

CUBA

Félix Contreras,
O poeta rebelde
da revolução



ANA MIRANDA CESAR CARDOSO CLAUDIUS DÉBORA PRADO ELAINE TAVARES EMIR SADER EDUARDO
MATARAZZO SUPLYCY FIDEL CASTRO FREI BETTO GABRIELA MONCAU GERSHON KNISPEL GILBERTO FELISBERTO
VASCONCELLOS GLAUCO MATTOSO GUILHERME SCALZILLI GUTO LACAZ JOÃO PEDRO STEDILE JOEL RUFINO
DOS SANTOS JOELMA COUTO JOSÉ ARBEX JR. LÚCIA RODRIGUES MARCOS BAGNO MC LEONARDO OTÁVIO
NAGOYA PEDRO ALEXANDRE SANCHES RENATO POMPEU RODRIGO VIANNA SÉRGIO VAZ TATIANA MERLINO



Foto de capa
JESUS CARLOS

EDITORA CASA AMARELA
REVISTAS - LIVROS - SERVIÇOS EDITORIAIS
FUNDADOR: SÉRGIO DE SOUZA (1934-2008)
DIRETOR GERAL: WAGNER NABUCO DE ARAÚJO

Aborto e educação, questões do Brasil real

A *Caros Amigos* sempre procura conhecer, retratar e analisar um pouquinho do Brasil real. Queremos tirar a limpo a questão candente do aborto, que é um problema urgente de saúde pública, mas que ficou distorcido e sofreu contaminação perniciosamente durante a última campanha eleitoral. A entrevista com a psicóloga Nalu Faria, da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e da Marcha Mundial das Mulheres, recoloca a questão na perspectiva histórica da luta das mulheres, no seu eixo mais significativo, sem paixões religiosas e sem preconceitos odiosos.

Entrevistamos estudantes, professores e especialistas em Educação para saber o que avançou e o que regrediu no setor durante os oito anos do presidente Lula da Silva. Como todo balanço, há aspectos negativos e positivos. De um lado, o governo federal ampliou de forma significativa as unidades públicas de ensino superior, mas, de outro, as instituições privadas continuam liderando a oferta de vagas – e, pior, a visão mercantilista predomina na maioria das universidades, públicas ou privadas. Sem maiores pretensões, oferecemos aos leitores essa pequena contribuição crítica para a compreensão de uma área que precisa ser enfrentada pelo próximo governo.

A *Caros Amigos* participou da famosa festa do Círio de Nazaré, em Belém, no Pará. Mais do que relatar a manifestação, procuramos ouvir as pessoas sobre as suas motivações, saber o que faz tanta gente integrar essa marcha religiosa e popular. Outra matéria mostra o que tem levado milhares de pessoas a saírem para as ruas nas capitais da Europa; contamos, em especial, a luta de resistência dos trabalhadores portugueses, que se negam a pagar pela crise do neoliberalismo.

Brindamos também os leitores com uma belíssima matéria com e sobre Félix Contreras, o poeta e escritor cubano que mantém aceso o espírito rebelde. Em sua passagem pelo Brasil falou sobre cultura, problemas econômicos e os enfrentamentos atuais de Cuba. Contreras dá uma aula de humanidade, criatividade, visão crítica e compromisso revolucionário.

Vale a pena ler e curtir.

sumário

- 04 Guto Lacaz.
- 05 José Arbex Jr. diz que o caminho da esquerda agora é derrotar Dilma nas ruas.
- 06 Caros Leitores.
- 07 Pedro Alexandre Saches comenta a recuperação da obra de Gal Costa.
- 08 Marcos Bagno questiona a função e a finalidade da Academia de Letras.
Mc Leonardo presta homenagem a dois parlamentares respeitados e de luta.
- 09 João Pedro Stedile denuncia a omissão das autoridades no abuso dos agrotóxicos.
Ana Miranda conta como é a convivência com o fantasma de Coetzee.
- 10 Joel Rufino dos Santos fala dos argentinos e do livro *Operación Masacre*.
Guilherme Scalzilli critica as manipulações da grande imprensa burguesa.
- 11 Frei Betto fala da religiosidade e dos princípios que norteiam nossa vida.
Gilberto Vasconcellos pede para a academia desvendar o domínio tucano em SP.
- 12 Entrevista com Nalu Faria: a luta das mulheres e a verdadeira questão do aborto.
- 18 Gabriela Moncau e Otávio Nagoya: avanços e retrocessos da educação.
- 24 Ensaio Fotográfico de Joelma Couto em homenagem à consciência negra.
- 26 Tatiana Merlino mostra quem é o poeta rebelde cubano Felix Contreras.
- 29 Glauco Mattoso reivindica a oficialização da bolsa-jornalista chapa branca.
Eduardo Matarazzo Suplicy pede para Fidel autorizar viagem de bloqueira.
- 30 Lúcia Rodrigues fala sobre os protestos de trabalhadores em Portugal.
- 32 Lúcia Rodrigues relata o novo processo contra o torturador Ustra.
- 34 Rodrigo Vianna em Tacape: Dilma segue a linha de Lula na comunicação.
Cesar Cardoso resolveu mudar e adotar o besteirol gerencial dominante.
- 35 Sérgio Vaz fala de gente pequena que vence a timidez com a poesia na mente.
- 36 Débora Prado relata a marcha do povo na festa do Círio de Nazaré.
- 39 Fidel Castro comenta a nova manifestação da ONU contra o bloqueio a Cuba.
Emir Sader analisa a superexploração dos trabalhadores chilenos.
- 40 Gershon Knispel critica a Bienal e elogia a exposição de pintura do Masp.
- 42 Cavani Rosas coloca em quadrinhos a "Pequena Fábula" de Franz Kafka.
- 44 Elaine Tavares critica a ausência de democracia na formação do jornalista.
- 45 Renato Pompeu em Ideias de Botequim: Frei Betto, Tragtenberg, Benjamin.
- 46 Claudius.

EDITOR: Hamilton Octavio de Souza EDITORA ADJUNTA: Tatiana Merlino EDITOR ESPECIAL: José Arbex Jr EDITORA DE ARTE: Lúcia Tavares ASSISTENTE DE ARTE: Henrique Koblitz Essinger EDITOR DE FOTOGRAFIA: Walter Firma REPÓRTERES: Lúcia Rodrigues, Bárbara Mengardo, Gabriela Moncau e Otávio Nagoya CORRESPONDENTES: Marcelo Salles (Rio de Janeiro) e Anelise Sanchez (Roma) SECRETÁRIA DA REDAÇÃO: Simone Abreu REVISORA: Cecília Luedemann DIRETOR DE MARKETING: André Herrmann CIRCULAÇÃO: Pedro Nabuco de Araújo RELAÇÕES INSTITUCIONAIS: Cecília Figueira de Mello ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: Priscila Nunes CONTROLE E PROCESSOS: Wanderley Alves LIVROS CASA AMARELA: Clarice Alvon PUBLICAÇÕES DE REFERÊNCIA: Renato Pompeu SÍTIO: Débora Prado de Oliveira e Gabriela Moncau ASSESSORIA DE IMPRENSA: Kyra Piscitelli APOIO: Maura Carvalho, Douglas Jerônimo e Neidivaldo dos Anjos ATENDIMENTO AO LEITOR: Joze de Cassia, Zélia Coelho ASSESSORIA JURÍDICA: Marco Túlio Bottino, Aton Fon Filho, Juvellino Strozake, Luis F. X. Soares de Mello, Eduardo Gutierrez e Susana Paim Figueiredo REPRESENTANTE DE PUBLICIDADE: BRASÍLIA: Joaquim Barroncas (61) 9972-0741.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: HAMILTON OCTAVIO DE SOUZA (MTB 11.242)
DIRETOR GERAL: WAGNER NABUCO DE ARAÚJO

CAROS AMIGOS, ano XIV, nº 164, é uma publicação mensal da Editora Casa Amarela Ltda. Registro nº 7372, no 8º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo. Distribuída com exclusividade no Brasil pela DINAP S/A – Distribuidora Nacional de Publicações, São Paulo. IMPRESSÃO: Bangraf

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: rua Paris, 856, CEP 01257-040, São Paulo, SP

ALTERCOM
Associação Brasileira de Empresas e
Empreendedores da Comunicação

Participaram: Cecília Luedemann, Gabriela Moncau, Hamilton Octavio de Souza, Lúcia Rodrigues, Otávio Nagoya e Tatiana Merlino. Fotos: Jesus Carlos

“O ABORTO mal feito é a terceira causa de morte materna”

Psicóloga, coordenadora geral da Sempreviva Organização Feminista (SOF) e integrante da Secretaria Nacional da Marcha Mundial das Mulheres, Nalu Faria é um dos nomes mais importantes do Brasil na questão da luta das mulheres. Feminista e anticapitalista, ela discute, nesta entrevista à Caros Amigos, as principais bandeiras do movimento de mulheres no país, como violência doméstica, equiparação salarial, luta contra o machismo e o direito ao aborto. A falta de atendimento médico e hospitalar adequado tem sido responsável pela morte de mais de 500 mulheres por ano no Brasil, devido a abortos clandestinos. São mortes que poderiam ser evitadas. O assunto é recolocado na perspectiva da luta histórica da sociedade, diferentemente das distorções que sofreu no último processo eleitoral. Vale a pena conferir o que Nalu Faria tem a nos contar.

Tatiana Merlino – Gostaria que você falasse um pouco da sua infância, até o início da sua trajetória no feminismo.

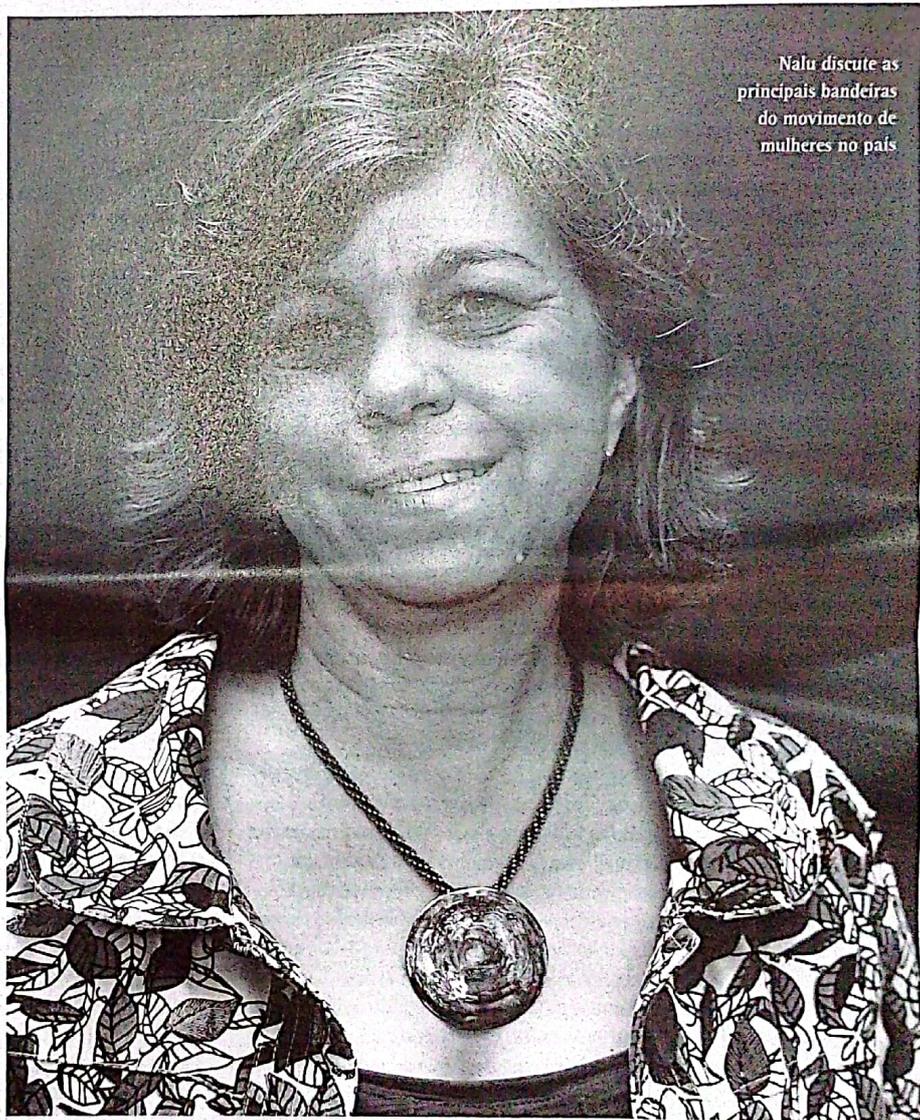
Hamilton Octavio de Souza - E nome completo.
Nalu Faria – Bom, meu nome é Nalu Faria Silva, eu nasci em Uberaba. Minha mãe morava na roça, e fui para Uberaba só para nascer e voltei. Eu vivi até os 9 anos em um sítio e depois a gente mudou para uma cidadezinha do lado, Água Comprida, onde vivi até terminar, na época, o ginásio.

Tatiana Merlino – Em que ano você nasceu?
Eu nasci em 1958 e vivi lá em Água Comprida até 1974. Aí fui para Uberaba, fiz o colegial, fiz a universidade lá, comecei a militar quando entrei na universidade, em 1978.

Lúcia Rodrigues – Que curso?
Fiz Psicologia. E vim para São Paulo. Tem exatamente 27 anos. Cheguei em São Paulo no dia 21 de outubro de 1983.

Tatiana Merlino – Por que você veio para São Paulo?

Acho que por duas coisas. Uma, porque estava militando em Uberaba. Era militante feminista no movimento estudantil lá. Estava num grupo de mulheres, no Partido dos Trabalhadores, as chamadas fundadoras do PT na cidade. E eu tinha muita vontade de militar. Então, eu achava que Uberaba era pequena. Queria militar e São Paulo aparecia como



Nalu discute as principais bandeiras do movimento de mulheres no país

um bom lugar. Então, isso foi um dos motivos. Militante do PT e formada em Psicologia é difícil o acesso real ao emprego. Então vim para cá.

Tatiana Merlino – Em Uberaba você já começou a militar no movimento de mulheres?
Em Uberaba, a gente comemorou o 8 de março de 1980. Foi o primeiro contato com esse debate. Eu era do curso da Psicologia e lá tínhamos um bom grupo que naquela época estava aberto a esses

temas da sexualidade, da discussão das mulheres, éramos briguentas. Nós escutávamos muito: “Pra quê vocês estão estudando se vão casar e ter filhos, pôr o diploma na gaveta, tudo isso”. Então, tinha muitos ataques machistas. O primeiro debate que eu fiz foi sobre aborto, um pouco antes de vir para São Paulo, 1983. Chegando em São Paulo, eu até brincava que tinha muita vontade de militar, mas com o desemprego em 1983, eu costumo dizer que a militância foi a última coisa

que eu resolvi. Aqui, fiz várias tentativas de militância até que consegui achar um lugar no movimento de mulheres e, em 1985, eu comecei a militar no movimento de mulheres. E militando de forma cotidiana no PT em São Paulo, em particular na secretaria de mulheres do PT. Eu fui da secretaria de mulheres do PT até 2004.

Hamilton Octavio de Souza – Antes disso, no final de 1979, a gente tinha aqui em São Paulo alguns jornais do movimento feminista: *Nós, Mulheres, Mulherio, Brasil Mulher*. Tinha vários grupos feministas. Quando você começou a militar, como era o movimento das mulheres em 1985?

Eu cheguei em um momento bem difícil do movimento de mulheres. Quando eu cheguei, não tinha um espaço de articulação do movimento, porque tinha tido aquilo no período da campanha eleitoral de 1982. A visão dos projetos políticos frente à transição da ditadura marcou dois campos no movimento das mulheres. O setor que era, na época, mais vinculado ao PMDB foi entrando mais para a política institucional, conselhos, e o outro campo de autonomistas, de reflexão, do *Nós Mulheres*, e outros, se desarticulou. A gente se juntava para organizar o 8 de março, e, justamente nessa época, a gente estava discutindo a importância de ter uma coordenação do movimento de São Paulo para que funcionássemos para além do 8 de março. Mas, a partir de 1986, principalmente, o Encontro Feminista Latino-americano, que teve aqui em São Paulo, em 1985, deu um novo gás, e a partir de 1986 começaram a acontecer várias coisas no movimento de mulheres, para mim, que queria militar com os setores populares, que foi a articulação das mulheres da CUT, que foi em 1986. A gente começa a ir articulando outras coisas nos setores mistos.

Hamilton Octavio de Souza – Quais eram os pontos de luta?

Naquela época, tinha uma agenda forte com relação ao tema que se chamava planejamento familiar. Também tinha os temas da violência e da creche. A gente tinha vindo da campanha por creche, já tinha isso. E um tema genérico de “salário igual para trabalho igual”. Aí, com a Constituinte aparece o tema do aborto. A gente fez um processo de mobilização para colher 30 mil assinaturas, para entrar com uma emenda na Constituinte. Foi o momento que a gente colocou mais a cara na rua, com o tema do aborto. Conseguimos as 30 mil assinaturas e o que nós conseguimos na Constituinte, que o direito à vida, na Constituinte, é desde o nascimento.

Hamilton Octavio de Souza – A diferença era entre a concepção e o nascimento?

No movimento das mulheres tinha prevalecido essa visão de não colocar o tema do aborto, porque se pusesse, ia apanhar. Como no anteprojeto vem essa questão do direito à vida desde a concepção, exige-se uma reação do movimento e aí aparece a emenda, a negociação, a mudança do artigo sobre o direito à vida. Depois começa a haver uma articulação das mulheres negras,

com um primeiro encontro em 1988. Reaparece o grupo de mulheres lésbicas. A gente teve um Encontro Feminista em 1989, aqui em São Paulo, o 10º Encontro Nacional Feminista. Foi um marco: primeiro a gente saiu de lá com a ideia de fazer uma campanha nacional pela legalização do aborto, que era uma polêmica. Teve debates, oficinas amplas sobre a questão lésbica, do partido. Tinha coisas que também que, por um motivo ou por outro, no movimento feminista eram meio tabu, o partido não entrava, porque era movimento autônomo. Aí, depois nos anos 1990, o movimento de mulheres cai num processo de institucionalização, que a gente chama de aumento das Ongs, um momento que o movimento acompanha muito as agendas da ONU, que é essa ideia do neoliberalismo, *débâcle* mesmo na discussão no movimento mais de esquerda.

Hamilton Octavio de Souza – Por que afetou? Em que aspecto?

Porque começa com um discurso no movimento de mulheres do impacto da globalização, do neoliberalismo. Primeiro uma ideia de que tinha perdido o papel dos Estados nacionais, que era uma agenda global da ONU e deveria inserir as questões dos direitos ali. Então, isso foi uma coisa que prevaleceu na América Latina e que significou uma profissionalização do movimento das mulheres, as pessoas começam a participar das conferências da ONU. Nossa avaliação, da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), setor em que milito na Marcha Mundial das Mulheres (MMM) é que, embora não tenha grandes vitórias para o movimento de mulheres, na segunda metade dos anos 1990, as feministas que investiram nesse processo manejaram com um discurso triunfalista, de dizer que estava alcançando as vitórias; por exemplo, na Conferência do Cairo, que foi a conferência sobre população, entrou o tema do aborto, pela primeira vez, em 1994. Só no final dos anos 1990 que a gente consegue recuperar o fôlego, organizando um setor mais crítico ao neoliberalismo. Aqui no Brasil, nós identificamos como duas coisas: primeira, a vinda da campanha da Marcha Mundial das Mulheres para cá...

Tatiana Merlino – Como a campanha da Marcha chegou?

As mulheres do Quebec começaram a articular a Marcha. Elas tinham feito lá, em 1995, *Pão e Rosas*, já depois da assinatura do NAFTA, percebendo que ele ia trazer muitos retrocessos para as mulheres. E elas fizeram uma campanha, uma marcha mesmo, de 200 quilômetros e as principais reivindicações tinham a ver com o aumento do salário mínimo, coisas com relação à migração, a economia solidária, os direitos e documentação das imigrantes. E lá surgiu a ideia de ter uma marcha internacional em 2000. Aí elas começaram a articular e criaram essa coisa da internet para a gente aderir. E quem chamou a primeira reunião aqui para definir quem ia para o encontro internacional em 1998, onde a gente definiria a plataforma da marcha, foi a própria CUT, o setor de mulheres. Ela começou

como uma campanha, em 2000, contra a pobreza e a violência. Fizemos a marcha em 2000, e teve grande impacto, já desde o seu lançamento, porque era algo articulado, uma campanha nacional que era também internacional. E, na avaliação da marcha, que foi lá em Nova York, depois de 17 de outubro, teve a proposta de continuidade, como um movimento permanente. Foram 163 países que participaram da primeira [marcha]. Hoje nós estamos em 70 países. Então, começamos a articular a marcha como um movimento permanente. A gente se vinculou muito ao processo do Fórum Social Mundial. Fizemos duas ações que ajudaram muito a articular a marcha aqui: o nosso envolvimento na campanha contra a Alca, e a campanha pela valorização do salário mínimo. Outra coisa que foi forte desde o início na marcha foi conseguir articular um movimento que junta mulheres da cidade e do campo.

Hamilton Octavio de Souza – Quais são os pontos de união entre as mulheres do campo e as mulheres da cidade? O que tem em comum de luta?

A gente está vendo mais pontos que unificam. No caso das trabalhadoras rurais, no início do ano 2000, depois de ter conquistado o direito à aposentadoria, o reconhecimento como trabalhadora rural, elas estavam cada vez mais reivindicando políticas em relação, vamos dizer assim genericamente, ao mundo do trabalho. Não só a posse da terra, crédito, e outras coisas que diferenciam o movimento para movimento, mas tem uma pauta comum, aí. Mas, é impressionante como, por exemplo, para a trabalhadora rural também toca o tema da violência, o tema da saúde. E, na medida em que a gente está construindo um movimento que olha para esse geral do modelo de desenvolvimento, do modelo de sociedade, os pontos em comum são cada vez maiores. Então, ter uma opinião sobre a política econômica, ter uma opinião sobre a política previdenciária são coisas que nos juntam. A gente tem tentado mostrar que não se constrói soberania alimentar se não, por exemplo, se altera o que é a indústria da alimentação. Os temas que antes não pareciam ter tanto vínculo entre a mulher urbana e a rural, a gente vai mostrando como as coisas estão vinculadas.

Lúcia Rodrigues – Hoje, dá para se dizer que existe uma bandeira das mulheres?

Este é um dos problemas que nós temos no movimento de mulheres. Sempre foi difícil priorizar. O movimento de mulheres, depois foi se organizando muito por temas. Então, tinha a turma que trabalhava o tema da violência, turma da saúde, depois da moradia, sindical. Então, o leque foi se abrindo muito. E isso é uma das dificuldades que a gente tem de construir processos de articulação e mobilização mais ampla, porque tem uma plataforma muito ampla que não consegue definir prioridades por um período. Então, é um movimento multifacetado. Na verdade, nós não somos o movimento de mulheres, somos um setor do movimento de mulheres, no nosso caso da Marcha.



Novo site: www.carosamigos.com.br

novembro 2010 | caros amigos 13

Hamilton Octavio de Souza – Mas, há alguns pontos?

É claro. Cada vez mais, você vê, nos últimos tempos, o tema da violência é muito forte, é um impacto, é sempre um tema na agenda do movimento de mulheres. Mas o fato é que o governo Lula teve várias iniciativas com relação ao tema da violência, teve a lei Maria da Penha, efetivar a lei Maria da Penha. Ai, inclusive, de fato, se a gente tem que falar de um aspecto positivo da lei Maria da Penha, é que tornou o tema da violência muito mais público, muito mais amplo, muito mais debatido do que antes. Então, também o movimento de mulheres passa a ser muito mais solicitado. Então, a violência é um tema bem permanente. Para o setor do tema do aborto, talvez mais para a frente a gente possa falar mais especificamente sobre isso, foi o processo dos direitos, de perseguição das mulheres. Inclusive, a gente criou uma frente contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto. A gente fez isso depois que “caiu” a clínica lá em Mato Grosso. Porque antes a gente fazia mobilizações em relação ao aborto, eram vários setores fazendo coisas, e nessa frente, o que a gente tentou, foi juntar, além desses grupos de mulheres, nessa frente pela legalização do aborto. Inclusive, tinha essa ideia de ser uma frente muito ampla, de não ser só o movimento de mulheres mais tradicionais, mais cotidianos. Então, agora, o tema do aborto é mais presente. Nas mulheres do campo, há muitos temas específicos do campo, como a gente disse, e o movimento de mulheres do campo é um movimento muito organizado. Eu sempre ressalto isto. Mais do que nas cidades, ele constrói articulações grandes. A Contag, as mulheres do MST, o UMB. Nesse campo de aliança com os setores rurais, o tema da previdência foi um tema permanente.

Hamilton Octavio de Souza – O que é o tema da previdência?

No Brasil, como você sabe, um número pequeno de mulheres tem acesso à previdência. Se poucos trabalhadores têm acesso à carteira assinada, no Brasil, em relação às mulheres [esse problema] é maior ainda. E tem vários setores que estão fora, inclusive, desse modelo de previdência que nós temos hoje: as empregadas domésticas, que poderiam estar nesse modelo atual, mas, geralmente, estão em contratos precários; também tem as mulheres da economia solidária que fazem trabalhos por conta própria. A gente tem que pensar um sistema de previdência que seja inclusivo, que esteja realmente baseado na reciprocidade. Então, aí, entram esses setores com muito peso: as empregadas domésticas, as próprias donas de casa que estão reivindicando a aposentadoria por idade. Com todas essas questões [é preciso pensar] um sistema universal de previdência. E, aí, também entram os temas como fator previdenciário. Nós sabemos que o fator previdenciário tem um fator maior sobre as mulheres do que sobre os homens.

Tatiana Merlino – Com relação à lei Maria da Penha, eu queria que você falasse sobre a importância da promulgação da lei e fizesse

um balanço desde sua promulgação, em 2006.

Foi em 2006, no segundo mandato do governo Lula. Tem um aspecto da lei Maria da Penha que é bem importante, fruto daquela discussão que prevaleceu no debate dos anos 1990, quando começou a ter em vários países, a partir do modelo da ONU, o tema da violência intrafamiliar. Em vários países da América Latina, o tema da violência doméstica e sexual é tratado como violência intrafamiliar e tira esse aspecto, que para nós é importante, de tratar como a violência contra as mulheres. Então, o primeiro elemento muito importante é que ela posiciona nesse sentido: a violência contra as mulheres. O outro aspecto que eu acho que foi positivo é que o homem que foi denunciado deixa de ser um réu primário. A violência contra as mulheres era considerada uma violência contra os costumes, não contra a pessoa. Então, à medida em que passa a ser considerada um delito contra a pessoa, também trouxe esse elemento de que o homem deixa de ser um réu primário. É claro que ainda falta muito para ser implementada, mas ela deu um passo nesse sentido, de que as mulheres, ao denunciar, o assunto pode continuar sendo levado até o fim. Tem essa questão também das varas. É claro que a lei Maria da Penha, ela sobressai, na parte dela, o aspecto mais punitivo. Não que não tenha que ter punição. Mas, geralmente, quando chega uma denúncia é porque já tem um grau tão grande de construção dessa relação de violência, que a gente fala que essa violência não começa de um dia para o outro. O espancamento não é, em geral, a primeira forma de violência que um homem comete contra uma mulher. Então, a lei prevê as ações de prevenção. São aspectos que não é um problema da lei. A gente tem que impedir que a violência aconteça. É claro que eu estou falando uma coisa muito difícil, porque a violência é o resultado de uma relação de opressão. Mas a gente ainda tem que exigir dos governos, dos conjuntos das instituições, que o tema da violência seja divulgado: que a cada 15 segundos uma mulher é vítima de algum tipo de violência, não quer dizer espancamento.

Tatiana Merlino – Embora haja vários grupos de mulheres atuando em várias frentes, tem algum tema, na sua opinião, que é a pauta mais importante, que mais faz as mulheres sofrerem no Brasil? É a violência doméstica? É o aborto?

Nós, ainda, temos apenas 52 mulheres em cada 100 que está no trabalho assalariado. Então, nós temos muita mulher em relação de dependência econômica. O tema do aborto talvez seja o mais difícil, porque é o mais difícil da gente construir aliados, é o tema que a gente encontra mais resistência. Mas, também, é igualmente difícil, para as mulheres, o esforço para participar do espaço de poder, de como as mulheres são massacradas, cotidianamente, quando nós tentamos ocupar os espaços de poder.

O tema do aborto, em parte da sexualidade, você pode dizer que mudou para quem, como, onde, em que condições? Porque isso é uma coisa que aconteceu nos últimos anos, que a gente pode

perceber. Como a gente teve uma certa conquista de direitos, o acesso a esses direitos não foi igual, teve um corte de classe. Nós temos mais desigualdade entre as mulheres. E não só entre as mulheres da burguesia e as mulheres da classe trabalhadora, porque esse abismo sempre foi grande. Mas pensando entre as mais pobres e as mais ricas, a gente construiu mais desigualdade, porque nós temos um pequeno setor que teve acesso à escolaridade, a salários altos. Eu brinco que [a mulher de classe média alta] é quase igual aos homens, se não fosse a violência e o aborto, seria quase igual... Inclusive isso: algumas podem fazer o aborto sem sofrer represálias, mas milhares fazem aborto sofrendo represálias.

Agora, no caso das eleições, em si, nós tivemos um elemento bem ruim, a forma como o debate foi colocado. Primeiro, que não podemos isolar o tema do aborto. O ambiente geral do debate eleitoral foi bastante ruim, despolitizado, no sentido de não entrar no debate real das questões e de retroceder alguns temas. Com certeza, o tema do aborto foi o mais utilizado, inclusive, no caso, com relação à Dilma, porque justamente se esperava ter mais posição favorável para destruir a candidatura dela. Ou seja, foi usada como uma forma manipulatória. Não é que as pessoas estavam querendo discutir o aborto, ou pelo o que ele é, pelo que ele significa na nossa vida. E eu acho que aí outros elementos que a gente poderia pensar. Primeiro, que o aborto nunca foi muito bem colocado nas eleições. Se vocês olharem, cada eleição tem essa tentativa das igrejas, em particular, da Igreja Católica, das outras também, de colocar o tema, que nas últimas eleições foi solucionado meio assim: no máximo eu digo que sou contra em público e por ali ficou. O que teve de diferente, nesse ano? O primeiro elemento, não digo que mais importante, mas cronologicamente, eu acho que a Marina quando se coloca como uma religiosa e que algumas posições dela, em particular o tema do aborto, e o [tema da] da união civil, tinha a ver com a sua religião, contribui para que esse tema se transforme em um tema da política. E depois a CNBB em agosto, a regional sul faz aquele documento que recuperou todos os elementos de aborto vinculados ao PT, seja o que saiu nas conferências de políticas das mulheres, que aí não é só vinculado ao PT. As conferências de políticas das mulheres tem mulheres de todos os partidos, mulheres sem partido, mulheres do governo, mulheres do movimento, também a resolução do PT do Congresso de 2007, que foi a primeira vez que votou no PT uma resolução sobre o aborto em um congresso, foi a primeira vez.

Hamilton Octavio de Souza – E o que tinha sido aprovado?

Foi aprovado a descriminalização do aborto. Eu não me lembro a primeira palavra, se era lutar ou propor a descriminalização do aborto e a regulamentação da sua prática nos serviços públicos. Mas expressa o conteúdo que o movimento de mulheres dá para legalização, que é justamente garantir, porque para nós não interessa só des-



criminalizar: quem tem dinheiro paga, quem não tem dinheiro... Mas, em um determinado momento, a candidatura do Serra começa a utilizar isso como elemento de campanha e aí foi um momento muito inesperado, porque o Serra vem de um setor do PSDB que nesse assunto do aborto, ninguém esperava isso. Acho que isso foi um elemento. E o PT, de uma certa forma, imagino, também não esperava. Agora, a reação do PT também foi muito ruim. Então, a reação na defensiva, principalmente ali no começo do segundo turno, no desespero, no medo de que vai perder, acabou optando por uma posição cômoda de querer acalmar os ânimos das igrejas e caiu nessa armadilha do discurso religioso, quando eu acho que poderia ter tido uma postura de não aceitar o debate ser feito nestes termos, dizendo: "Não, aqui não está sendo um debate real sobre o aborto, não vamos ficar nesse tipo de coisa, no jogo manipulatório." E aí vimos uma coisa que eu não me lembro de ter visto: a forma como a religião entra no debate político, [como um] divisor de águas.

Mas, também a gente tem que chamar a atenção para o seguinte: esse debate ruim, em relação às mulheres não foi somente em relação ao aborto, já desde o primeiro turno. Simbolicamente, teoricamente e concretamente, nós tínhamos uma boa condição para fazer um debate mais avançado com relação às mulheres e era o que todo mundo nos perguntava. A gente teria a oportunidade de ter um debate sobre a representação política, saindo do campo do masculino, diferente do que

nós tivemos. No entanto, nós tivemos duas coisas: uma, a contraofensiva, o tempo todo com argumentos machistas, tentando destruir a campanha da Dilma, não só com o aborto, mas também com a ideia de que ela não tinha pensamento próprio, que ela não tinha capacidade, que ela era um poste, era colocada pelo Lula. Então, por mais que o programa da Dilma era sobre os seus feitos, isso não tinha nenhum efeito. Mas, também uma utilização muito grande do discurso da maternidade, da família. Então, até parece contraditório, você quer a mulher num aspecto máximo do poder do país, que é ser presidenta do país, mas ao mesmo tempo não pode deixar de ser mulher, partindo dos estereótipos do que é ser mulher.

Tatiana Merlino - Mas, você acha que o PT e a Dilma também se colocaram na defensiva, nesse aspecto, a partir do momento que ela fica reiterando que é mãe, que é avó, também entra nesse discurso?

Não, eu acho que é mais complexo. O PT vive com o fantasma de que menos mulheres votam no PT do que os homens. E o tempo todo, quando tenta resolver, principalmente no momento em que os marqueteiros tem mais peso no partido, sempre tenta resolver isso de uma forma difícil, puxando para este lado da maternidade. Isso também não começou nesta campanha, isto já vinha antes. Nessa campanha isso ficou mais forte, porque a candidata era uma mulher. A candidata era a Dilma. A coisa já começou lá com a "mãe do PAC", depois a pátria mãe. Então, a utilização desse dis-

curso como uma forma de querer mostrar que a Dilma é uma mulher dentro dos padrões. Então, o que acontece com relação à Dilma, tem um grau de ambiguidade que tem com relação da sociedade: você tem que ser competente, mas não pode deixar de ser feminina... O tempo todo a mulher é tratada com essa ambiguidade: tem que ser boa dona de casa, tem que ser bonita, tem que ser sexy. Então, o tempo todo é essa dualidade.

Além da campanha, que tem o tema do aborto, a gente também não pode descontextualizar do geral. A partir de 1995, é interessante que era bem naquele período, começa a se organizar a direita em relação ao aborto, não só no Brasil, mas também na América Latina, mas no Brasil de uma forma forte.

Depois, no início dos anos 1990, a grande polêmica do aborto, aqui no Brasil, foi a PEC do Severino, que queria retroceder aquilo que a gente tinha ganhado lá na Constituição. E a outra polêmica foi em relação àquele projeto do Eduardo Jorge, que, na época, regulamentava o serviço de aborto legal, o aborto já previsto no Código Penal. E não foi aprovado, teve que retirar o projeto, senão ia perder. E depois se resolveu o tema do aborto legal com uma norma técnica, que, inclusive foi organizada ainda no governo Fernando Henrique, quando o Serra era ministro da saúde, e, depois no governo do PT teve alguns aprimoramentos, lá na norma técnica.

Hamilton Octavio de Souza - A norma técnica é o atendimento em determinadas condições, né?

É, atendimento em determinadas condições: estupro e gravidez que ponha em risco a vida da mulher. Então, nesse momento a grande polêmica era sobre isso. Foi bem no final dos anos 1990, teve um caso de uma menina grávida, no Rio [de Janeiro] e outra perto de São José, por estupro, que a Igreja deu casa, enxovalzinho, que era para ela não fazer o aborto. Então, foi quando a Igreja começou a interferir em caso a caso, porque, até então, a gente não tinha isso. Com o passar desses anos, foi aumentando, além dessa interferência, começaram a acontecer coisas, de mulher ser denunciada, depois teve a formação da frente pró-vida, que inclusive tem deputados de todos os partidos. Começou a ter uma articulação forte da direita, inclusive denunciando as mulheres e criminalizando; o caso mais grave foi este da clínica, lá em Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, onde "caiu" a clínica, que em princípio disseram que iam indiciar 10 mil mulheres, depois, com o tempo foram indiciadas 2 mil.

Hamilton Octavio de Souza - Qual é a dimensão do aborto no Brasil?

Primeiro, a gente não consegue dimensionar a quantidade de abortos, por motivos óbvios. Os números estimados são definidos a partir do que chega para ser terminado no serviço público e aqueles mecanismos que eles põem de correção. Então, se estima que mais de 1 milhão de abortos, por ano, acontecem no Brasil. Os dados dos SUS, no ano passado, foram 98 mil curetagens



Novo sítio: www.carosamigos.com.br

novembro 2010 | caros amigos 15

por aborto. Estima-se que 20% das mulheres com mais de 18 anos já fizeram pelo menos um aborto na vida. E cinco mulheres por dia. Olha, isso é terrível! Buscam ajuda para fazer aborto, só mulheres vítimas de estupro. Mulheres grávidas por terem sido estupradas, cinco. Essas são, teoricamente, acolhidas no serviço público. Mas, nós temos só 60 serviços no país inteiro. Você imagina quantas mulheres não conseguem. Então, você tem esse número muito grande...

Hamilton Octavio de Souza - Quantos em função de aborto mal feito?

O aborto mal feito é a terceira causa de morte materna. Eu acho que dá por volta de menos de 500 mortes por ano. Mas, o problema maior, além das mortes, porque era morte que poderia ser evitada. Então, a gente trabalha em saúde com a seguinte ideia: uma morte que poderia ser evitada e teve, ela é grave. São todas mortes que poderiam ser evitadas, se o aborto fosse feito em condições seguras. Agora, o grande problema do aborto é que deixa muitas sequelas. Porque, por exemplo, hoje em dia, o que mudou muito com relação ao aborto, a partir dos anos 90, à medida em que as mulheres conheceram o efeito do misoprostol, que a gente chama de citotéque. Houve uma mudança na forma como a grande maioria das mulheres iniciou o aborto, porque antes era ou através de chás, coisas mais venenosas, cáusticas, ou a sonda que elas iam em uma enfermeira ou uma parteira para colocar e provocar hemorragia. Hoje, é através desse medicamento, toma, começa ter o processo de abortamento e vai ao hospital do SUS para poder fazer a curetagem. E o que a gente sabe, é cada vez mais visível: as mulheres que tem dinheiro, pagam. Aqui em São Paulo, paga-se entre R\$ 2.500 um aborto em uma clínica. Em outros estados é mais barato. Também tem outras questões em relação ao aborto: a maioria das mulheres que fazem o aborto estão em união consensual. Então, não é esta visão também estereotipada de que o aborto é fruto do desvario. A maioria dos casos é de mulheres que estão em união estável, muitas que usam método. Muitos estudos que estão sendo feitos [mostram que] muitas pessoas que usam mal o método, dizem que usam a pílula, mas que esquecem. Então, a maioria das mulheres que fazem aborto são mulheres que já têm filho, que estão em união estável, não exatamente casamento. Então, é a ideia de que a gravidez realmente acontece quando as pessoas não estão esperando, e é muito mais presente na vida das mulheres do que a gente pode imaginar.

Hamilton Octavio de Souza - E como o movimento coloca hoje a questão: é a descriminalização, a defesa do aborto?

Na verdade, a formulação tem um problema. Há muitos anos, o movimento das mulheres, e, principalmente, nos anos 1990, trabalhou com o aborto como tema de saúde pública, considerando que esse era o lado mais fácil de convencer as pessoas. Eu, particularmente, acho que você pode fazer isso na hora de um discurso eleitoral, para o grande público, até para a justificativa de



uma lei, mas para convencer as pessoas, eu estou convencida de que as pessoas têm que estar convencidas de que têm direito [ao aborto]. Um dos projetos que foi base para o movimento no último período, depois da conferência nacional de políticas para as mulheres em 2004, foi a proposta para uma revisão da legislação que criminaliza o aborto. Então, a Secretaria de Políticas para as Mulheres convocou uma comissão tripartite, na época, o congresso, o executivo e a sociedade civil. E dessa comissão se formulou um projeto e esse projeto reconhecia o direito ao aborto sem nenhuma penalidade até 12 semanas e tinha...

Hamilton Octavio de Souza - Como direito da mulher é romper até 12 semanas?

É até 12 semanas. E esse projeto não foi reapresentado na legislatura passada, porque foi da legislatura de 2003 e de 2006. Então, tem essa compreensão. Na luta, nossa, nós temos cada vez mais recuperado, além do tema da saúde, o tema da autonomia das mulheres. O direito à autonomia. Porque, em última instância, não é o direito ao corpo, e sim o corpo como lugar onde a vida se materializa, mas é uma questão da nossa vida e a gente pode decidir sobre a nossa vida. E uma vez eu escutei uma filósofa falando, ela diz assim: "Diferente de pensar que uma mulher que faz aborto é irresponsável, é exatamente ao contrário, é uma mulher extremamente responsável, porque é a mulher que se pergunta se ela está em

condições de ter um filho e de garantir as condições de vida, e de criação." Não estamos falando do aspecto econômico, é do aspecto global da vida. Então, no movimento de mulheres tem cada vez mais voltado esse debate, do direito e da autonomia e de que as mulheres podem decidir sobre a maternidade. E está muito vinculado a duas coisas: nós temos que separar sexualidade de maternidade, que maternidade não é destino, maternidade tem que ser uma opção, tem que ser uma decisão. E, também, dentro de uma visão, é claro que a gente também não está contente que tenha 1 milhão de abortos por ano. Tem que ter menos aborto. Também queremos que as mulheres conquistem autonomia na sexualidade para que a gente tenha cada vez menos gravidez indesejada. Você ter, pelo menos, 1 milhão de gravidezes indesejadas por ano é muito, em outros países têm muito menos.

Lúcia Rodrigues - Como a Marcha Mundial de Mulheres pretende tratar essa questão do aborto no governo da presidenta Dilma?

Então, no caso da Marcha, a gente ainda vai ter que conversar, mas eu imagino, que algumas coisas vão se manter e outras coisas a gente vai ter que avaliar e não só como Marcha, mas nessa Frente que a gente faz parte. Eu acho que a gente vai ter que ampliar mais ainda a nossa capacidade de discussão no movimento e de ações articuladas a isso. Não só nos movimentos com

quem a gente tem aliança, mas aprofundar o diálogo com o Judiciário, inclusive. Tem coisas que a gente vai ter que avaliar por onde que a gente vai poder avançar mais, no tema do aborto, não somente no legislativo. Tem homem no PT que fala que o partido não tem posição sobre isso, não leram a resolução do congresso de 2007. Aquele André Vargas, da Comunicação, foi falar que foi imposição de algumas feministas do PT, como se o debate não fosse um debate que estivesse há tantos anos, desde que o PT surgiu e na relação com o movimento. Inclusive, o primeiro projeto de legalização do aborto que nós tivemos, depois que eu estou na luta, foi do José Genoíno em 1986, um dos melhores projetos de lei que nós fizemos até hoje. Foi um momento muito corajoso, um pouco antes da Constituinte. Esse tema tem que ser incorporado por mais gente. Em todos os lugares onde o aborto foi legalizado é porque teve uma ampla coalizão social. Então, eu acho que o próximo governo vai ter que se comprometer com mais deputados, mais deputadas, chamar mais para o debate, mas sempre com muita dificuldade para as pessoas levarem em consideração.

Lúcia Rodrigues - Você acha que se a Dilma tivesse enfrentado essa questão do aborto ela teria perdido a eleição?

Isto é uma coisa difícil de saber. Eu não acho que nós não tínhamos condições, porque até mesmo os setores feministas demoraram para responder. A primeira nota foi da Frente Feminista Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, que a gente falava sobre a legalização do aborto, que aceitava que o aborto fosse utilizado de forma manipulatória nas eleições. Eu acho que se tivesse aquela postura que eu falei, ao invés de entrar no jogo do debate religioso, mas dizer que nós não aceitamos que o debate seja feito nesses termos. E isso nós vamos poder responder direitinho, analisando melhor os votos. Porque, com certeza, no final do primeiro turno, uma parte de votos potenciais para a Dilma migrou para a Marina, com relação a esse tema do aborto. Mas, como dentro das igrejas e dos templos, o voto pregado foi contra a Dilma, eu não tenho notícia de que falaram nesses setores de direita: "Não votem no Serra." Eu acho que poderia ter saído da armadilha, não aceitando esse jogo. Foi o que eu disse, no início, acabou tendo uma posição cômoda, de achar de que com isso tiraria o debate da agenda, que não tirou, com todo o discurso da Dilma: "Eu sou contra o aborto", assinou o manifesto e o aborto continuou na pauta. O que tirou o aborto da pauta? Quando aparece o assunto da Mônica e aí o Serra para de atacar.

Tatiana Merlino - Você acha que essa postura do PT e da Dilma ter caído na armadilha representa um retrocesso para o PT, para o setor de mulheres do PT e para o movimento feminista?

Eu acho que foi ruim, mas eu não sei se colocaria de forma tão forte, que foi um retrocesso, porque,

na verdade, a gente nunca teve um compromisso real antes. O Lula foi presidente por dois mandatos e teve poucos momentos que parece que vai avançar e não avança. Quando o Papa esteve aqui, o discurso foi tão reacionário que teve uma reação positiva dentro do governo, e o ministro Temporão começa um levantamento e depois o negócio morre. Porque eles acham assim, tem várias polêmicas, não adianta dar conta de umas e não dar conta de todas. Eu não acho assim...

Esse ambiente conservador nas eleições e atingiu um grau máximo, porque foi utilizado de um modo que a gente nunca tinha utilizado. O que eu acho que foi um retrocesso, é mais essa coisa, no geral, de como se enfrentou um tema polêmico, numa campanha eleitoral, que se deixou de uma forma que a gente nunca tinha visto, a religião ser o preponderante nisso, a religião de uma forma totalmente conservadora, sob o aspecto mais conservador da religião que é quase Tradição, Família e Propriedade. Então, nesse sentido, é ruim para o movimento de mulheres. Mas, não acho que isso foi um divisor de águas. Vamos ser muito sinceros. O setor de mulheres já tinha problemas dentro da campanha? Tinha e continua tendo. O setor feminista do PT já não tem o mesmo peso nas eleições que já teve no passado. Isto é visível. No caso do movimento das mulheres, qual é a diferença? É que justamente nesse último período tinha tido essa retomada, a Frente.

Hamilton Octavio de Souza - Dos eleitores do Lula, uma boa parte dos movimentos sociais, sindicais, preferiram o caminho da negociação, da luta via governo, parlamento e outros ficaram na luta de enfrentamento. Esse é um divisor muito claro nos movimentos. Como a Marcha das Mulheres vê essa questão: a forma de mobilização é a luta aberta ou é a institucional?

Nós entendemos que é muito importante manter a mobilização. O que eu acho que faltou em nós, nos movimentos, e eu coloquei isso nos debates, no segundo mandato do Lula, mais, é a gente agregar ou aprofundar algumas formas de como posicionar nossas propostas para o governo. Em alguns elementos, eu acho que ficamos muito retraídos, porque tinha muitos elementos contraditórios, mesmo. E aí, eu acho que isso carece de mais diálogo no conjunto dos movimentos. De um lado, não dizer que tudo é uma continuidade do que estava antes, aprofundar um pouco o debate sobre o que está acontecendo, com os elementos contraditórios, que coisas estão sendo mexidas? As conferências, por exemplo, muitos de nós faz críticas às conferências, que são limitadas. Mas, por que a gente não se junta com os movimentos para apresentar o que nós queremos no lugar das conferências, de forma coletiva, nós queremos referendo, queremos outras formas de democracia participativa, definir mais o orçamento.

Hamilton Octavio de Souza - O que você vê como vitória nesses anos do governo Lula? O que pode ser considerado, na luta das

mulheres? O que dá para computar e falar: em 8 anos conquistamos isso e isso?

Eu acho que na luta das mulheres tem duas coisas que tem alterado. São parte das políticas sociais, não só o bolsa família, mas, por exemplo, programas como o que está começando a criar uma possibilidade para as mulheres do campo de produção e comercialização maior, o programa de aquisição de alimentos que o próprio governo adquiriu esse alimento, agora o programa de alimentação escolar. Tem criado oportunidades reais. Então, nesse campo econômico, nós tivemos ganhos. O salário mínimo apresentou ganhos importantes para as mulheres. O campo econômico talvez tenha sido esse campo que a gente mais teve ganho. E eu vejo mais isso. Porque no tema da saúde, é um tema que tem que melhorar muito, isso é avaliação comum, que a saúde é um ponto frágil. E nessas coisas mais específicas das mulheres, eu não acho que a gente avançou tanto.

Lúcia Rodrigues - A mulher é objetificada nos meios de comunicação. O que nós, mulheres, podemos fazer para reverter isso?

Esse é um aspecto bem complicado, porque não adianta a gente ter só norma. Você se lembra que algumas vezes que o governo Lula teve iniciativas de cima para baixo, aquele manual de direitos humanos, o politicamente correto, depois teve que tirar. Então, na mídia, não adianta só normatizar. Não só porque vira chacota, vira uma coisa formal, que não mexe no imaginário, porque no imaginário brasileiro está que as mulheres gostam de rebolar, que as mulheres gostam de colocar pouca roupa e que isso faz parte, ao invés de isso ser coisa ruim, isso é coisa boa: "mulher bonita pode".

Se a gente não constrói práticas contra-hegemônicas, a gente não tem outras referências de práticas; as referências de práticas são essas. Quando a gente começou a trabalhar com [o tema] da mercantilização, começou a buscar e desconstruir por onde que as meninas incorporavam essa coisa da beleza e da imposição. Por exemplo, a exigência da depilação, de novo, se a gente lutou tanto para não se depilar tanto... É por beleza? Não, de novo, eles não mudam nada, é o mesmo discurso higienista, que associa pêlo à sujeira. Então, você tem que estar depilado para estar limpa, bonita. É muito forte. E também do corpo inadequado. Então, a menstruação, a TPM. Esse corpo está inadequado e esse corpo necessita de intervenção. Porque você é inadequada, por origem.

E no capitalismo, ser mulher, é ter que ser bela. Se você não é bela, você não tem o mesmo espaço, você fica preterida. Essa relação com a beleza é muito forte entre as mulheres. As mulheres passam a gostar menos de si quando estão mais velhas, não é a toa que aumenta a depressão, aumenta um monte de doença entre as mulheres, porque a relação consigo mesmo interfere no que vai ser a sua vida, no que vai ser sua saúde, no que vai ser seu bem estar. E a gente passa a gostar menos da gente. ♣